Formação em Portugal de técnicos intermédios para arqueologia, património e museus. Algumas reflexões.

Lino Tavares Dias*, Paula Menino Homem**

Resumo

Para dar resposta às necessidades de formação em áreas específicas e simultaneamente oferecer novas oportunidades aos jovens, criámos em 1990 a Escola Profissional de Arqueologia. O primeiro curso a funcionar foi o de Assistente de Arqueólogo. Este curso responde à necessidade de técnicos intermédios para desempenharem tarefas específicas de campo e de laboratório, como escavações, topografia, desenho, fotografia, inventário e tratamento de materiais arqueológicos, assim como conservação e valorização do património arqueológico.

Em 1997, lançámos o curso de Assistente de Conservação, pois concluiu-se ser urgente a necessidade de formação de técnicos mais vocacionados para executar tarefas no âmbito da gestão e manutenção de espaços, equipamentos e materiais, tendo em vista a sua preservação. Sob orientação, executam trabalhos de conservação, *in situ* ou em laboratório.

Abstract

Trying to give an answer to human resources needs in specific areas and simultaneously offer new formation opportunities to younger people, we have created the Vocational School of Archaeology in 1990. The Archaeologist Assistant was it's first course. This course answers to the need of intermediate technicians for specific field and laboratory tasks, such as excavation, topography, archaeological drawing, photography, archaeological remains inventory and treatment, as well studying and preserving archaeological heritage.

* IPPAR. Direcção Regional do Porto. Casa de Ramalde. 4100 Porto.
** Escola Profissional de Arqueologia. Marco de Canaveses.

O Arqueólogo Português, Série IV, 17, 1999, p. 413-420

In 1997, resulting of the demands evaluation for protection of monuments, sites and remains, mainly those viewed by the general public, we have concluded for the urgent need of technicians with major concern in preserving those monuments, sites and remains, aiming to detect, stop, prevent and react to degradation. It was then created the Conservation Assistant course, whose main tasks are managing and maintaining spaces, equipments and materials, toward its preservation, acting in situ or in laboratory.

Perante a inexistência de instituições que habilitassem e qualificassem a formação de técnicos intermédios em Portugal, a Escola Profissional de Arqueologia, criada em 1990, lançou formações inéditas que, através de conteúdos muito reflectidos, procuraram responder, a nível nacional, à dupla necessidade de modernização pública e da actividade privada. Procurámos dotar o País dos recursos humanos em áreas específicas, numa perspectiva de modernização e de desenvolvimento económico, social e cultural; proporcionar novas oportunidades de formação e de realização pessoal e social aos jovens habilitados com o ensino obrigatório; racionalizar recursos existentes em departamentos do Estado, articulando-os com outros intervenientes, tradicionalmente algo distantes do sistema de ensino, tais como as autarquias e as empresas.

O primeiro curso a ser lançado foi o de Assistente de Arqueólogo. Estes foram integrando o mercado de trabalho com o conteúdo funcional de campo e laboratório. Mas a avaliação das exigências de acautelamento e acompanhamento dos monumentos, dos sítios e dos espólios apresentáveis ao público em museus ou salvaguardados em reservas, levou-nos a reflectir sobre o interesse da formação do técnico com preocupações e interesses na conservação preventiva desses sítios e espólios.

Propomos, agora, uma reflexão sobre os resultados destas formações, tanto mais que as temos permanentemente em avaliação. Dividimo-la em 3 pontos: a ideia da formação; os perfis profissionais; a noção de escola.

1. A ideia da formação

A década de 70 foi marcada pelo crescimento da actividade arqueológica em Portugal, bem evidenciado pelo elevado número de notícias nos jornais editados nos meses de Julho, Agosto e Setembro, particularmente após Abril de 1974. Tinha como particularidade a concentração de todo o trabalho de campo nos meses de Verão, já que a actividade arqueológica era desenvolvida exclusivamente por professores e quase sempre como segunda actividade, ou até em "tempos livres", embora por vezes com grande pujança, quer pelo número de pessoas quer pelos meios envolvidos.

Em finais da década de 70 os Campos Arqueológicos de Braga e Mértola surgem como experiências piloto que através do desenvolvimento de actividade arqueológica ao longo de todo o ano, num sistema tendencialmente profissional, procuraram conjugar as respostas científicas com as patrimoniais e estas com o planeamento urbano e até com o funcionamento administrativo.

Em 1980 iniciou-se a investigação de Tongobriga, sendo criada a Área Arqueológica de Freixo, em Marco de Canaveses.

A charneira para os anos 80 foi marcada pela criação de normativos que formalmente procuraram regulamentar a actividade arqueológica em Portugal. São então criadas estruturas profissionais, regulamentadas algumas carreiras e respectivos conteúdos funcionais.

Sentíamos que este novo esquema procurava desenvolver dois objectivos:

1) Promover o desenvolvimento de acções que por condicionalismos vários exigiam o trabalho permanente de arqueólogos profissionalizados capazes de assegurar cronogramas específicos;
2) Garantir o apoio a projectos de trabalho e de investigação de arqueólogos que, por serem também professores, estavam limitados à escavação nos meses de Verão.

No primeiro caso, em resultado da maior consciencialização das populações e também das recomendações internacionais no sentido mais vasto (Muller, 1995), procurava-se responder às crescentes solicitações que o desenvolvimento urbanístico e as obras públicas criavam ao revolverem diariamente os solos urbanos e rurais com máquinas que, por serem cada vez mais potentes, destroem com facilidade vestígios arqueológicos. No segundo caso procurava-se melhorar as condições de apoio aos trabalhos temporários desenvolvidos por professores dos ensinos superior e secundário.

O crescimento de infância deste sistema foi-se dando nos anos 80.

As exigências de crescimento da segunda metade da década de 80, consequência da nossa adesão formal à Europa, aumentaram os desafios e com acutilância passou-se a falar mais de Património e entraram na linguagem diária conceitos como Arqueologia Preventiva, Valorização de Sítios Arqueológicos, Arqueologia e Grandes Trabalhos de construção civil, além de outros.

Ao entrarmos na década de 90 assiste-se, em simultâneo, à evolução da noção de Património Cultural na Europa e à diversificação de Patrimónios, o que torna a noção mais complexa e, por tal motivo, obriga ao aprofundamento do estudo. Mas, em simultâneo, assiste-se também ao acelerar das transformações das sociedades e o conceito de Rentabilização passa a integrar o quotidiano. Em suma, defender mais Património mas também fazê-lo "mais depressa", numa luta constante entre qualidade e quantidade.

Perante estas realidades é fácil entender que tenham surgido grandes conflitualidades na interpretação do conceito de Rentabilidade, quando se fala de Património e de Arqueologia em especial.

Embora se defendesse o conceito de que a actividade arqueológica deva ser entendida como um investimento e não como mera despesa corrente, o conceito de rentabilidade tornou-se omnipresente. Nunca, como então, se sentiu tanto a necessidade de reflectir sobre rentabilização, deontologias e éticas entre profissionais e entre estes e o Património.

No nosso entender, a rentabilização de qualquer intervenção no Património, entendida sempre como aumento de conhecimento desse património, depende, predominantemente, da qualidade científica e técnica da equipa, decorrente, na nossa opinião, da qualidade da formação propiciada e acolhida.

E neste âmbito da Formação, que panorama encontramos em 1990 em Portugal?

A Formação na área da Arqueologia e do Património, em 1990, era exclusivamente garantida pelas Universidades e Institutos Superiores. Daqui saíam arqueólogos, bons e menos bons, independentemente de serem oriundos de escolas públicas ou privadas, alguns com grande formação e capacidade de aplicação de conhecimentos, mas também outros com formação superior em Arqueologia, que nunca estiveram, nem em visita, numa escavação arqueológica. A esta contradição acrescia que as intervenções arqueológicas, perante os meios de comunicação social e muitas vezes perante responsáveis políticos, se limitavam ou eram confundidas com meras e curtas acções de algumas semanas, durante o Verão, com a ajuda de jovens em ocupação de tempo livre. Isto não nos parecia sério. Mas, em contrapartida, sempre que se procurava desenvolver uma acção profissionalizada, sentia-se a total falta de recursos humanos especializados.

Tornou-se também evidente que a actividade profissional desenvolvida permanentemente sobre o Património não podia ficar limitada a intervenção de técnicos superiores.

2. Os perfis profissionais

De que técnicos necessitava então a Arqueologia?

A nossa experiência como arqueólogo profissional e os desafios da descoberta e investigação de um sítio arqueológico romano com cerca de 50 hectares, levara-nos a lançar em 1987, através do IEFP a formação de Operários de Manutenção de Estações e Sítios Arqueológicos. Mas tratava-se de formação sem certificação académica, garantindo só a qualificação profissional.

No início da década de 90 necessitavamos de técnicos intermédios, nomeadamente Assistentes de Arqueólogo.

Sentíamos que a formação de técnicos capazes de desenvolver os conteúdos funcionais exigia também reflexão sobre os novos perfis de competências e que esta conjugação só seria conseguida através de um ensino com grande vertente de formação em contexto de trabalho, já que para se ser eficaz teríamos que estar em consonância com as exigências práticas do dia a dia.

Como fazer esta formação?

A resposta foi encontrada em articulação entre os Ministérios da Cultura e Educação, em 1990.

Estava a ser lançado o projecto das Escolas Profissionais vocacionado para garantir aos jovens, em simultâneo, habilitação académica e qualificação profissional (Azevedo, 1994, p. 92-98). Promovidas de forma inovadora, incentivando a "participação visível dos actores sociais não tradicionais ao sistema formal de ensino" (Marques, 1994, p. 74) na organização destas escolas, o Estado assegura apoio financeiro para funcionamento e apoio técnico ao desenvolvimento do

projecto pedagógico. Garante também a qualidade do sistema através de acompanhamento e inspecção e, principalmente, garante a certificação das competências profissionais em simultâneo com a equivalência plena ao 12.º ano para prossecução de estudos.

Em contrapartida, é exigido um projecto educativo próprio de cada escola, o qual, depois de reconhecido, é desenvolvido com autonomia pedagógica (Azevedo, 1991, p. 155-158; Marques, 1993, p. 45-52).

A alternativa de formação nas Escolas Profissionais (Cabrito, 1994, p. 40) estrutura-se em torno de três componentes: a sócio-cultural, a científica e a técnica e prática. Esta última componente proporciona aprendizagens e experiências em situações reais de trabalho.

A exigência da componente de formação em contexto de trabalho se desenvolver ao longo de todo o ano e de acordo com a legislação que rege os trabalhos arqueológicos em Portugal, obrigava a que a escola ficasse numa estação arqueológica com características específicas e afecta ao Estado.

Destinado a jovens com o 9.º ano de escolaridade, foi lançado o curso de Assistente de Arqueólogo, com a duração de 3 anos e média de 30 horas semanais.

O Assistente de Arqueólogo, sempre sob a supervisão do Arqueólogo, é o Técnico que executa tarefas específicas de campo e de laboratório, entre as quais se contam: escavação, recolha, inventariação e tratamento de materiais arqueológicos; topografia, desenho e fotografia. Além disto, dele se espera que participe em actividades de estudo, conservação e valorização do património arqueológico.

Apesar da carreira ter sido criada em 1980 (Dec. Lei 403/80 de 26 de Setembro) e regulamentada em 1983 (Despacho Conjunto do Ministério da Cultura e Coordenação Científica e do Ministério da Reforma Administrativa de 8 de Abril), nunca tinha sido realizada qualquer formação específica.

O Plano Curricular foi por nós preparado de modo a serem desenvolvidas, ao longo de 3600 horas, todas as componentes técnicas indispensáveis ao desempenho das tarefas de campo e em laboratório. Nestes cursos privilegiou-se a formação em contexto de trabalho, em contraposição com a prática simulada que rejeitamos.

Gradualmente estes jovens profissionais foram integrando o mercado de trabalho, mantendo a Escola um sistema de acompanhamento, aconselhamento e avaliação do seu desempenho, interpretando a exigência de formação permanente ao longo da vida.

Mas a avaliação das exigências de acautelamento e acompanhamento dos monumentos, dos sítios e, também, dos espólios apresentáveis ao público ou salvaguardados em reservas, levou-nos a reflectir sobre o interesse da formação do técnico com preocupações na conservação preventiva desses monumentos, sítios e espólios, procurando evitar, impedir, detectar e reagir à degradação. Entendemos que a formação nas áreas do restauro, compete a outras escolas e níveis de formação.

Na medida em que é o curso mais jovem, com todas as vantagens mas também com todos os riscos que a juventude acarreta e porque é aquele cuja empregabilidade cruza transversalmente os museus com outras instituições vocacionadas para a salvaguarda de monumentos, sítios e espólios, foi com

especial atenção e rigor que foram elaboradas as suas bases estruturantes, objectivando uma sensibilização e formação sólidas e reabilitando o conceito de manutenção, quer preventiva quer curativa, tão importantes na área da conservação.

3. A noção de escola

Aos jovens provenientes de todo o País formados nesta escola nos cursos de três anos, é propiciada a vida profissional qualificada, mas também a prossecução de estudos superiores se assim o entenderem. Ao longo destes anos procurou-se a aproximação entre a escola e as empresas, no nosso caso a Escola e os Utilizadores de serviços, estes, muitas vezes, enquadrantes dos alunos em formação em contexto de trabalho.

A Escola Profissional de Arqueologia, que deverá ser entendida como escola profissional de Património, tem procurado manter a via tradicional de certificação académica e profissional que é o diploma, mas também tem incrementado vias mais modernas, inserindo-se numa rede que coopera, que educa, que forma e ensina.

A modernização das formações de técnicos intermédios exige que se reconheçam ainda quando adolescentes, as competências de cada um deles. Formar técnicos intermédios para intervir no Património não é fácil, tanto mais num País em que está ainda demasiado arreigada a ideia de que "profissões de futuro" só aquelas que são suportadas por ensino superior.

Esta Escola Profissional procura encorajar a aquisição de novos conhecimentos, lutar contra a exclusão, modernizar em permanência os seus cursos, nomeadamente com a introdução tendencial de três línguas europeias no *curriculum* e com o cruzamento de módulos, avançando para especificações nos cursos, diversificando assim as potencialidades de empregabilidade.

Embora os resultados desta melhoria dos recursos humanos já comecem a surgir, julgamos que ela só se sentirá com o decorrer dos anos.

Na Escola Profissional de Arqueologia julgamos que "uma escola nova, diferente, pode facultar oportunidades de desenvolvimento, não apenas no plano intelectual, mas em todas as áreas..." e que "assim será a escola do futuro, se tivermos a coragem de a construir" (Lobrot, 1995, p. 68).

Bibliografia

ALARCÃO, J. de (1983) – A dimensão antropológica da arqueologia. *Biblos.* Coimbra. LIX, p. 470-77.

ALMEIDA, C. A. F. (1993) – Património-RIEGL e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras.* Porto. II: X, p. 407-416.

ANTUNES, J. L. (1996) – *Um Modo de Ser.* Lisboa: Gradiva.

AZEVEDO, J. (1991) – *Educação Tecnológica - Anos 90.* Porto: Asa.

AZEVEDO, J. (1994) – *Avenidas da Liberdade - reflexões sobre política educativa.* Porto: Asa.

BALLART, J. (1997) – *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Vacon y uso.* Barcelona: Ariel.

BEIRANTE, C.; CUSTÓDIO, J. (1979) – *Alexandre Herculano, um homem e uma ideologia na construção de Portugal.* Lisboa: Bertrand. p. 356-63.

CABRITO, B. G. (1994) – *Formações em alternância: conceitos e práticas.* Lisboa: Educa-Formação.

CARNEIRO, R. (1991) – *Palavras do Ministro da Educação no Encontro Nacional de Escolas Profissionais,* 5 Julho 1991, Porto. Disponível na Editorial do Ministério da Educação.

CONSELHO DA EUROPA (1995) – *Répertoire européen des centres de formation aux métiers du patrimoine culturel.* Estrasburgo.

DELORS, J. [et al.] (1996) – *Educação - um tesouro a descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.* Porto.

DIAS, L. (1993) – A Escola Profissional de Arqueologia em 1993. In *Encontro Nacional de Escola do Património.* Évora. Edição policopiada.

DIAS, L. (1993) – Escola Profissional de Arqueologia. In *Dar Futuro ao Passado.* Lisboa: IPPAR.

FISCHER, M. F. (1995) – Patrimoine: Histoire et Actualité d'une Notion. *Patrimoine Européen.* Estrasburgo. 3.

GODINHO, V. M. (1981) – *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal - Algumas achegas preliminares.* Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Sociais e Humanas.

HERCULANO, A. (1837) – Instrução Popular. *Panorama.* Lisboa. I, 53 (Junho 1837) 36-37.

LOBROT, M. (1995) – *Para que serve a Escola?* Lisboa: Terramal. 1.ª ed. Paris, 1992.

MARQUES, A. M. (1993) – *O modelo educativo das escolas profissionais: um campo poptencial de inovação.* Porto: Afrontamento.

MARQUES, A. M. (1994) – *A decisão política em educação. O partenariado sócio-educativo como modelo decisional – o caso das Escolas Profissionais.* Porto: Afrontamento.

MULLER, M. (1995) – Patrimoine, diversité, droits de l'homme. *Patrimoine européen.* Estrasburgo. 3:4.

PIRES, E. L. (1987) – *Lei de Bases do Sistema Educativo - apresentação e comentários.* Porto: Asa.

SANTCOUSKY, HÈCTOR (1995) – *Los Actores de la Cultura.* Barcelona: Hacer.

TAVARES, J. (1996) – *Uma Sociedade que aprende e se desenvolve.* Porto: Porto Editora.